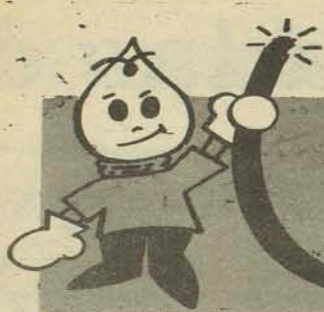




Linha Viva

SETOR ELÉTRICO
VIOLENCIA
As punições continuam

Nº 150
19/09/91



Mobilização na sede foi fundamental

Trabalhadores falam da sua participação

No calor da mobilização de quinta-feira — uma das responsáveis pelo acordo que horas depois ficou estabelecido entre Celesc e Intersindical — corriam boatos de que Warnel de Souza havia, no início daquela tarde, passado em várias salas do DPRE/Florianópolis, pedindo para que as pessoas não participassem da mobilização porque isto iria prejudicar as negociações. O que acabou acontecendo foi o contrário, e o Linha Viva procurou Warnel para esclarecer o fato. Ele negou a acusação dizendo que era “absurda e mentirosa”. “Eu não mando recado e não aceito as coisas goela abaixo. Todo mundo sabe que fui contra a mobilização porque ela não foi decidida em assembléia. Sou um sindicalista aberto e autêntico. Não sou demagogo. Se tivesse decisão de fazer greve eu seria o primeiro a fazer”.

O Linha Viva procurou também durante a mobilização, falar com as pessoas que vieram do interior para pressionar a direção da empresa e constatou o alto nível de politização da categoria. A seguir alguns depoimentos:

“É a forma de mostrar nossa insatisfação com nossas condições de vida. É também um apoio que a base está dando aos sindicatos que no final somos todos nós. É muito importante também para nós do interior vir até aqui, conhecer o pessoal, se integrar e ver quem está a fim de lutar por todos. Existe um conceito na empresa de que quem participa destas manifestações é “malandro”. Na verdade, pelo que pude observar, é o contrário: são os que trabalham que estão aqui”. **Jusélio P. Girardi - despachante - Joinville.**

“É muito importante a presença de cada um aqui. É um sinal que mostramos a eles de que o povão está unido”. **Jair Schafehuser - eletricitista - Mafra.**

“É a segunda vez que venho a manifestações na Praça da Paz Celestial. Venho por uma questão de consciência: meu salário, é ruim. Mas mesmo que fosse bom eu viria, em solidariedade aos que ganham pouco. Vir, aqui não é só importante, é uma necessidade”. **Manoel Virgílio Cidral - eletricitista - Joinville.**

Não acho que seja só necessário vir até aqui. Acredito que nas próprias regiões deveria se fazer movimento igual — que se ficasse parado lá mesmo nos pátios. **Pedro Machado Pinheiro - técnico - Joinville.**

“Esta é a segunda vez que venho. Da outra vez o pessoal teve o dia descontado. Acho que o pessoal do prédio central deveria todo descer, ficar aqui como nós. Sabemos que a maioria assinou o ponto ou não desceu, fica acomodado lá no seu cantinho ou dá uma descida rápida e sobe para mostrar para o chefe que não participa. **Laudemir Pessoa - eletrotécnico - Tubarão.**

Assembléias aprovam acordo com a Celesc

Com reposição das perdas pelo INPC Integral, garantia no emprego, abono especial de 75%, política salarial e a maioria dos direitos assegurados, os eletricitários fecham um dos melhores acordos dos últimos anos. Para os sindicatos, a mobilização foi o grande trunfo na fase final das negociações.

Após 20 horas de negociação, a Intersindical e a Celesc chegaram a uma proposta para Acordo Coletivo que já foi aprovada pela maioria das assembléias que a apreciaram.

O Acordo, que poderá ser assinado ainda esta semana, reajusta o salário dos empregados da Celesc em 200% em outubro, assegura a reposição integral pelo INPC, complementando em fevereiro e março do próximo ano.

No mês de setembro a Celesc pagará um abono especial de 75% do salário fixo de agosto. Além disso foi feita uma Carta Compromisso onde a Empresa se compromete a não fazer demissões arbitrárias ou sistemáticas, podendo demitir apenas por problema disciplinar administrativamente comprovado e acompanhado pelo sindicato ou problema financeiro da Empresa devidamente comprovado.

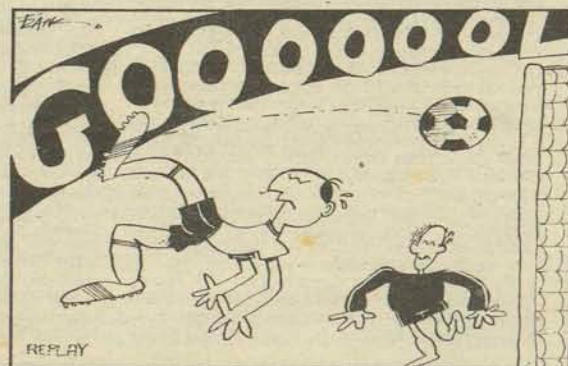
Outra conquista significativa é a política salarial. A partir de fevereiro, a cada bimestre, a Celesc vai repor 50% do INPC do bimestre anterior. Estes reajustes estarão limitados ao fato de que a Empresa não poderá ter seus gastos de pessoal acima de 30% do seu faturamento líquido.

A Intersindical tem defendido a assinatura do Acordo nas assembléias, caracterizando os termos propostos como “um avanço, apesar de não contemplar alguns direitos que foram pleiteados”. O que faltou foram cláusulas como o Auxílio Estudante e a Produtividade (que já era tradicional), e direitos nunca conquistados como o Incentivo Aposentadoria e o Auxílio Aposentados.

Outras cláusulas menos significativas também foram negadas, mas a maioria dos direitos adquiridos foram mantidos com níveis maiores que os atuais. Sendo que agora eles serão reajustados pelo Valor de Referência de Benefícios, criado pelo Acordo.

A Intersindical acredita que o avanço das negociações que estavam praticamente paradas, deveu-se a dois fatores: o clima de mobilização que estava tomando conta dos empregados, inclusive com a possibilidade de uma greve e o momento difícil por que passa o governo estadual, enfrentando a greve dos servidores e do magistério, além da paralisação do BESC que terminou na segunda-feira.

Os sindicalistas garantem que se não fossem as concentrações que ocorrem na sede da Celesc durante as últimas negociações as coisas não teriam avançado. “A Empresa tinha uma tática bem definida, procurando jogar tudo para um dissídio coletivo, o que não era bom para os empregados. A mobilização e a possibilidade de greve, que seria muito incômoda para o governo, apressou as coisas, fazendo com que a Celesc tivesse uma conduta mais séria no desfecho da negociação”.



ELEIÇÕES NA CELOS: A Intersindical tem candidatos.

Sedrez acusa a Intersindical

Ninguém estranhou a presença do economista Miguel Sedrez, assessor de relações empresariais da Eletrosul, na assembleia do Sindicato dos Economistas, que aconteceu na quinta-feira passada em Florianópolis. E sua presença só virou matéria do **Linha Viva** por causa do conteúdo de suas intervenções. Sedrez não falou como um economista e sim como porta-voz, o "Cláudio Humberto do Pantanal".

A assembleia decidiu apoiar a pauta da Intersindical na campanha salarial da Eletrosul. Mas até chegar a esta decisão muitas coisas foram discutidas. Numa de suas intervenções Sedrez afirmou que a "Intersindical é filiada à CUT para poder manter um partido político: o PT". Fingiu não saber que o único sindicato da Intersindical filiado à CUT é o Sinergia.

Esqueceu que as contas dos sindicatos estão à disposição dos associados e que balanços mensais são publicados no jornal. O mesmo parece não acontecer com o dinheiro da Eletrosul, como o "desvio" noticiado pela imprensa para patrocinar o torneio Miguel Sedrez e para "comprar" camisetas e bolo quando ele foi candidato a vereador em 1982, fato amplamente divulgado em assembleia da Aprosul e ancinado ao Tribunal de Contas da União na época.

Pouco depois o assessor da Eletrosul disse que a "unificação da luta dos eletricitários em nível nacional só foi boa para a empresa que vai lá diz não e pronto. Para a categoria os acordos depois da unificação foram ruins". Foi explicado para o representante sindical que de 88 para cá, o brasileiro vem recebendo um salário mínimo cada vez menor e que, por exemplo, no ano passado nenhuma categoria assinou bons acordos.

Mais tarde, mostrando uma ignorância perigosa para quem já foi negociador atuante da empresa, até a nível nacional, Sedrez disse que "nem todos

eletricitários estão cobertos pelo acordo coletivo, só os filiados aos sindicatos que compõe a Intersindical". Foi esclarecido que a única cláusula do acordo diferenciada é a da contribuição conferência, que é discutida em assembleia e divulgada no jornal da categoria. O dia de trabalho descontado não vai para os sindicatos e sim para o fundo da Intersindical cujo único objetivo é garantir a luta para beneficiar toda categoria.

Mas a atuação de Miguel Sedrez prosseguiu. Disse que "no ano passado a categoria só ganhou o que a lei deu. Por isto não deveria haver reversão sindical. Os sindicatos só deveriam ganhar em cima do percentual que conquistaram além do que a lei impõe". Demonstrou não saber que o homem comum não vive só de ganhos econômicos, que para ele também é valiosa a luta pelo seu emprego, por seus direitos, a defesa de sua dignidade e todos os outros itens específicos.

Uma confissão patética encerrou a participação do dirigente da Eletrosul. Disse que não recebe informações da ART e que por isto muitas vezes tem que recorrer aos próprios sindicatos para se informar e quis esclarecer que Paulo Macedo, diretor de Administração provisório e funcionário da empresa, teve uma atitude que acabou comprometendo toda diretoria da empresa durante sua interinidade. "Ele se recusava a falar com a Intersindical colocando numa situação difícil a presidência e a direção da empresa".

Todas suas intervenções foram respondidas por Maria Margarida Dantas, dirigente sindical do Sinergia, presente à assembleia que alerta: "Se Miguel Sedrez para bobo não serve, e quanto contestado não foi capaz de retrucar uma vez sequer, devemos questionar qual sua intenção ao dizer tantas inverdades a respeito da Intersindical".

BANCO DO BRASIL

Um concurso para ganhar pouco

Sete milhões de pessoas concorrerão a duas mil vagas de escriturário no Banco do Brasil no maior concurso já realizado na história do país. Além do vencimento mensal equivalente a dois salários mínimos e meio, os 3,5 mil candidatos por vaga concorrem a super-exploração do trabalho e a baixas possibilidades de ascensão social, num processo definido pela Executiva Nacional dos funcionários do BB como "cheio de coisas estranhas".

Na avaliação da Executiva Nacional, a existência de cerca de duas mil vagas não justificou a abertura de concurso nacional para uma empresa de 117 mil funcionários — já que o próprio concurso seria uma "loteria perversa, com chances quase nulas de aprovação". Dois mil novos funcionários não resolvem, no entanto, o problema de falta de pessoal na instituição, já que significam 0,5 funcionários por agência em todo o país.

A implantação do projeto "O Novo Rosto do Banco do Brasil", no ano passado, pelo ex-presidente da instituição, Alberto Policaro, reduziu o número

de funcionários pelo "incentivo às aposentadorias e demissões" e pelo fechamento de agências e postos de atendimento, especialmente do interior. "Nossos jogadores estão no bagaço, todo dia tem prorrogação, e as horas extras nem sempre são pagas", diz a Executiva.

O salário não ajuda. O BB é uma das instituições que mais arrocha os vencimentos do funcionalismo: os bancários reivindicam 510% de reajuste, só para repor as perdas provocadas pela inflação desde setembro de 1989. A diretoria da instituição propõe a "participação nos lucros", mas, para que os funcionários ganhem alguma coisa, seria preciso que o lucro do ano passado fosse multiplicado por dois.

Na avaliação da Executiva, o concurso "é necessário e tem que efetivamente ser realizado", mesmo que tenha "claro objetivo de intimidação, porque foi convocado às vésperas de uma greve nacional de bancários". O que não vai impedir os 117 mil funcionários do BB de pararem também.

Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina que tem 7.500 exemplares. Diretor Responsável: Glauco Marques. Editores: Gastão Cassel (DR/RS 6166) e Marli Cristina Seomazon. Ilustração: Frank Maia. Impressão: Gráfica do jornal O Estado. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 21, Fpolis, SC. Fone: (0482) 22-3866. Telex: 48-2555. Fax: 23-5596. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

Três décadas de decadência salarial

No exato momento em que a discussão sobre política salarial volta ao Congresso Nacional, o Dieese — Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos — lança um estudo retrospectivo das políticas salariais no Brasil desde 1964. O documento se dirige ao movimento sindical e tem como objetivo subsidiar as entidades nas discussões sobre política salarial de modo geral e, especificamente, nas campanhas salariais.

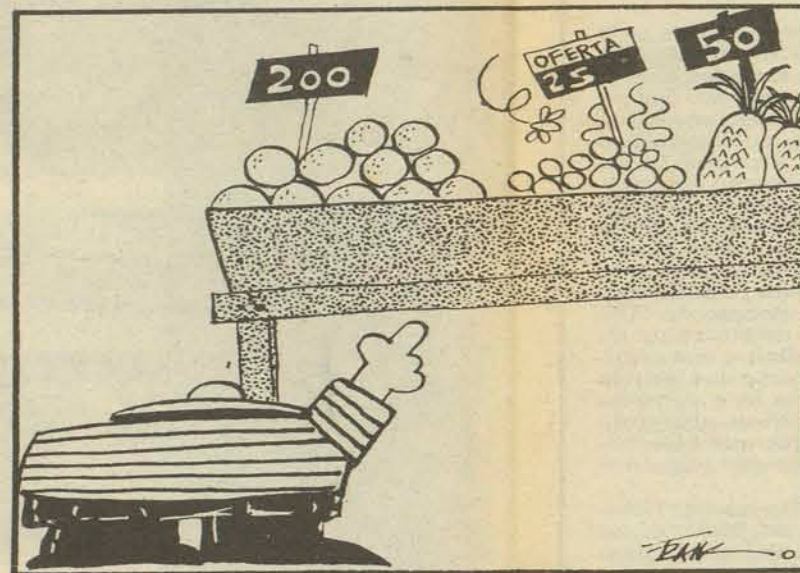
A primeira conclusão do documento é de que as políticas salariais sempre foram utilizadas como instrumentos das políticas econômicas em situações de ajustamento ou balanços de pagamentos. Jamais — lamenta o texto — foram entendidas como instrumento real de proteção aos salários ou de distribuição de renda.

A história das políticas salariais resgatada pelo Dieese começa em 64, após o golpe militar. Naquela época as políticas salariais não passavam da decretação do valor do salário mínimo e dos reajustes dos funcionários públicos. Os demais salários eram diretamente negociados ou fixados pela Justiça do Trabalho. O que se chamava de política salarial não passava de um instrumento de controle das negociações coletivas com o objetivo de contenção de salários.

Regime Militar

O Plano de Ação Econômica do governo militar argumentando com a contenção do déficit público, a regulamentação dos salários de empresas estatais e concessionárias de serviço público. Os salários seriam reajustados anualmente com base na média dos últimos 24 meses. A regra, que teria caráter transitório, em 1965 foi estendida a todos os demais trabalhadores. A Justiça do Trabalho foi proibida de homologar acordos que ultrapassassem estes índices.

A tímida atuação do movimento sindical, desarticulado pela repressão política, fez com que estas re-



gras, com poucas modificações, fossem aplicadas rigorosamente até o ano de 1978. A remuneração do trabalho caiu de 55,5% da renda nacional em 1959, para 52% em 1970 e para 50,3% em 1979. O Dieese aponta que nesta época diversos fatores "técnicos" contribuíam para o achatamento dos salários: o reajuste pela média dos salários reais de dois anos, a subestimação da evolução do PIB — Produto Interno Bruto — durante o "milagre brasileiro", a manipulação dos índices de inflação em 1973 e a subestimação dos níveis de inflação futura embutida nos cálculos. Além disso, os procedimentos de cálculos de inflação não eram conhecidos pela sociedade.

Em 78, com a retomada do movimento sindical, o governo viu-se obrigado a sacramentar o que já vinha sendo conquistado na prática pelos trabalhadores: o reajuste semestral. Nesta época o governo também lança a política da "distribuição entre salários", que é a concessão de reajustes escalonados por faixas de salários, teoricamente para beneficiar as faixas mais carentes. Mas isso só serviu para achar os salários, pois havia uma grande rotatividade de mão-de-obra, facilitada pela instituição do FGTS — Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Efeito FMI

A "distribuição entre os salários"

ganhou força no início dos anos 80. A situação econômica se deteriora com a crise do petróleo e eclode a crise da dívida externa. A assinatura da Carta de Intenções com o FMI — Fundo Monetário Internacional — continha a mesma ideia sobre salários, mas o governo deixa claro que ele é quem manda nos salários. Começa, então, uma sucessão de decretos arrochantes que duram poucos meses e gradativamente agravam a situação dos assalariados.

O terrível arrocho de 83, um dos maiores da história do país, não conteve a inflação, conforme prometiam seus promotores. Os trabalhadores já conquistaram os reajustes trimestrais, além de abonos de emergência. Em 1984 o ganho do trabalho está reduzido a 46,7% da renda nacional.

A era do Cruzado

Fevereiro de 1986. Sarney, amparado pela teoria do ministro Dilson Funaro, lança o Plano Cruzado. Congelamento de preços e salários, sendo estes últimos reajustados pela média dos últimos 12 meses. É inaugurado o "gatilho salarial", que dispara cada vez que a inflação chega a 20%, e o reajuste de data-base garantido por lei fica em 60% do IPC-IBGE, devendo o restante ser negociado caso a caso.

O Plano Cruzado II, logo após as eleições, autoriza uma série de aumentos de preços e o disparo do primeiro gatilho é retardado por manipulações de índices.

O ministro Bresser Pereira lança o seu plano em julho de 87, com novo congelamento, desta vez por tempo determinado. Nasce a UR — Unidade de Referência de Preços. A inflação de junho deste ano (26,06%) foi expurgada dos cálculos de reajustes, prática que foi reutilizada em outros planos.

A inflação seguiu esquentando e o Plano Verão, de fevereiro de 1989, chegou para esfriá-la, mas usou os velhos métodos, sem sucesso. Uma

greve geral em março de 89 fez com que várias questões relativas a salários fossem alteradas, especialmente a alteração da média de correção, que passou de 35,48% para 53,27%. Nenhum mecanismo de reajuste foi determinado.

Dai para adiante, os salários foram corrigidos na data-base pela variação do IPC do período. Mesmo assim as perdas foram se acumulando em função de índices expurgados da inexistência de ganhos reais. A remuneração do trabalho chega a 38% da renda nacional em 1988.

Salário Collorido

1990 inicia com uma inflação calculada pelo Dieese de mais de 73%. Collor toma posse no meio do total descontrolado inflacionário e ataca com outro congelamento de preços e salários e, ainda, o confisco das poupanças. É a mais clara opção pela recessão. Os reajustes são pré-fixados em zero, enquanto a inflação chega a 22%. Nas intenções do novo governo está o desmantelamento de qualquer política salarial. Fica descartada a possibilidade de reposição integral de perdas e a livre negociação aparece como palavra mágica.

Estudos do próprio Dieese, feitos com base na evolução salarial de 51 das principais categorias, mostram que entre março de 90 e junho de 91 nenhuma categoria conseguiu repor integralmente suas perdas. 88% das categorias pesquisadas tiveram alguma forma de reajuste, mas oscilando entre 5 e 40%. A análise dos reajustes obtidos a partir do Plano Collor II indica que, a partir de maio de 1991, aumenta o número de categorias que conseguem reajustes salariais. No entanto, embora a pressão do movimento sindical aponte, atualmente, para uma tendência à obtenção de reajustes bimestrais ou mensais, tal pressão vai muito mais no sentido de minorar os efeitos do arrocho, pois o poder de compra destas categorias permanece abaixo da metade do que era em março de 1990.

TRIBUNA Livre

Discriminação no DPCO

Esclarecimento

Cleomi Gomes do Amaral
Empregado da Celesc

O DPRH/DVSM não paga e nem retira o pagamento do Adicional de Periculosidade, tão injustamente recebido por alguns, descaracterizando quem realmente deve receber.

Conforme instrução-CELESC I-101.0011, é de competência do Eng. de Segurança do Trabalho, credenciar os empregados para a execução de atividades em instalações elétricas, como forma de assegurar, que apenas empregados devidamente treinados executem estas atividades.

Após o credenciamento, é emitido um laudo, que classifica se o empregado deve perceber integral, proporcional ou eventualmente, baseado nas atividades descritas no credenciamento e no decreto de nº 93.412, passando a ser gerenciado o pagamento pelas chefias.

"Querer aumentar o salário é um desejo de todos nós. Só que o caminho para a conquista de uma melhor remuneração não deve ser através da busca de um benefício que não lhe pertence". (Informativo APC-Periculosidade).

"Devemos clarear os fatos e denunciar todas as atividades do setor público". Diz a nota escrita no **Linha Viva** nº 148. Na estrutura de cargos de Nível Universitário, existe o cargo de Analista de RH para enquadrar empregados que executam atividades compatíveis com este cargo.

Por ocasião do enquadramento, este mesmo cargo serviu para enquadrar um instrutor, que dizia executar atividades de Analista de RH.

Apesar de ter passado do Plano de Nível Médio para o Plano Universitário, continua executando as atividades de nível médio, que lhe permitem continuar percebendo o aludido Adicional.

Analista de RH deve receber o Adicional de Periculosidade?

Temos notado, que na ânsia de caracterizar a periculosidade, está havendo uma distorção nas atividades desenvolvidas por determinados empregados. Compõem-se grupos corporativistas, que nitidamente evidenciam não vislumbrar o interesse maior da Empresa, prejudicando com isto a moralização e o processo de recuperação desta.

O Adicional de Periculosidade não é salário. Deve ser pago enquanto o empregado executa atividades de risco. Cessadas estas atividades, cessa o pagamento.

A Tribuna Livre é um espaço aberto. As matérias, devem ser remetidas para a redação, assinadas, datilografadas, e nunca com mais de 40 linhas de 70 toques. A publicação ficará a critério dos editores.

Eletrosul deixa mal seus advogados

Mais uma vez posturas indevidas de chefias deixam subordnados em maus lençóis na Eletrosul. Desta vez o chefe do Departamento Jurídico fez com que alguns advogados tivessem comprometidas sua palavra e dignidade profissional. Para agilizar burocraticamente o pagamento dos honorários dos advogados do Sinergia, relativos a ações de 33 reclamantes contratados que reivindicaram vínculo empregatício, e cujas reclamações já tinham sido finalizadas, foi feito um acordo em que seria dada uma única quitação ao débito referente aos Honorários Assist., mas o pagamento seria efetuado aos poucos pela Eletrosul, conforme o encerramento das tramitações de cada

processo. Acontece que, de repente, a chefia do Departamento resolveu não mais pagar o que havia determinado que seus subordinados acordassem. Por meros Cr\$ 125 mil a Eletrosul faz seus profissionais passarem por caloteiros. Assim não há profissionalismo que resista...

Não esqueça de votar nas eleições da Celos

João Paulo de Souza, Aramis Luiz de Novais e José Nascimento são os candidatos da Intersindical para o Conselho de Curadores da Celos. A sua participação é muito importante. Não esqueça de votar no dia 30 de setembro, afinal este é o único patrimônio dos aposentados da Celesc.

Sinergia fará festa no seu 30º aniversário

Os associados do Sinergia serão os convidados de honra para a festa dos 30 anos do sindicato que vai acontecer no dia 27 de setembro, às 19 horas (Rua Lacerda Coutinho, 149). Neste dia a sede do sindicato será inaugurada, com um coquetel. A luta continua...mas a festa ainda não começou.

De olho no fundo

"FUNDO GARANTIDO" é o projeto-de-lei que a CUT formulou, apoiada por seis partidos (PT, PC do B, PCB, PSB, PSDB e PDT), para acabar com as fraudes no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). A última fraude foi o desvio de 390 bilhões de cruzeiros que a CEF utilizou no me-

cado financeiro para cobrir furo de caixa. O dinheiro daria para construir 256 mil casas, beneficiando quase 1 milhão de pessoas. A dívida dos governos e empresas com o FGTS que ultrapassou já a casa dos 2 trilhões de cruzeiros. Mais de 50% dos assalariados não tem o FGTS arrecadado pelas empresas. O projeto-de-lei "FUNDO GARANTIDO" que entre outras coisas quer a centralização das contas no âmbito da CEF e sua imediata unificação (para afinal a gente controlar um dinheiro que é nosso). Para evitar desvio propõe ainda a ampliação da participação de entidades da sociedade civil no Conselho Curador.

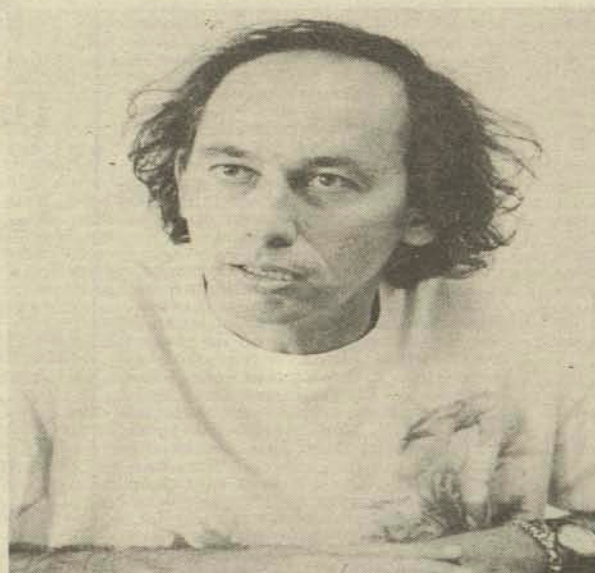
Além de amplo material para a campanha que pode ser conseguido na CUT e Sindicato você pode fazer denúncias para o Disque Denúncias a FGTS-CUT/Fenae (061) 226-65-73.

“A poluição não é democrática”

A poluição não é democrática, atinge bem mais o operário, o trabalhador. A partir deste ponto de vista o deputado carioca (PT), Carlos Minc, ecólogo, ganhador do Global 500 da ONU, está propondo a despoluição da produção ou a ecologia do trabalho e foi o que ele defendeu no último debate do ciclo comemorativo dos 30 anos do Sinergia, na terça-feira à noite. Participaram do debate também Marcel Bursztyn, representando o secretário nacional do Meio Ambiente José Lutzemberger, e o ecólogo Sérgio Boeira.

“Enquanto isto os patrões subitamente se tomam de amores pelo verde. Não sei qual verde: da ecologia ou dos dólares?” pergunta o deputado que iniciou seu trabalho de despoluição da produção há dois anos quando os portuários do Rio mandaram de volta um navio com lixo químico que tentava descarregar no Brasil “Não somos penico da humanidade”, decretaram na época. Depois foi a luta, que está prestes a terminar com final feliz, para tirar o chumbo tetraetila da gasolina produzida pela Refinaria de Mangueiras. No mês passado, já em resposta a esta nova luta ecológica, dois mil operários de um estaleiro de Mauá pararam de trabalhar por duas horas para discutir “tecnologia limpa”. Eles trabalham com jateamento de areia e 400 deles, por causa disto, estão com silicose. Como existe tecnologia alternativa não aceitam mais trabalhar desta forma. Outro exemplo é a campanha “Caça ao Benzeno” promovida pela CUT. O benzeno provoca leucemia, e 380 operários da CSN estão com a doença por trabalharem com este produto. “Ecologia não é só passarinho, índio e baleia”, decretou Minc.

O deputado quer também uma “nova ética ecológica planetária” que acabaria com uma perversa divisão do trabalho que sepa-



Minc: trabalhadores estão sofrendo mais

ra a robótica, laser, cibernética para os desenvolvidos e “solidariamente” realocaliza as indústrias sujas, poluidoras e consumidoras de energia aqui, no Terceiro Mundo. “A própria questão da Amazônia é um bom exemplo. Eles choram lágrimas de crocodilo sobre nossa floresta e compram ferro buza abaixo do preço de custo sabendo que é proveniente de carvão vegetal, extraído da mata nativa amazônica”.

Como ecologista e parlamentar, Carlos Minc se disse “abismado com este surto de histeria chauvinista, base desta nova santa

aliança conservacionista encabeçados pelo governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho, pelo Sai (Secretaria de Estudos Estratégicos), o novo SNI, e pelo complexo industrial militar, além de setores nacionalistas da esquerda. Eles culpam os ecologistas, os padres e, quem sabe, daqui a pouco, os judeus, de fazerem uma conspiração internacional contra a Amazônia. Se esquecem que o narcotráfico, os narcoparlamentares de Rondônia é que apoiam Mestrinho, que o imperialismo não entrou na Amazônia até que os ministérios militares de Brasília entregaram seu solo para prospecção de 50% dos nossos minérios e que a aristocracia do Norte foi a única que se beneficiou das grandes obras feitas lá como o projeto de Carajás ou a energia que é produzida lá e vendida para multinacionais produzirem alumínio a preço subsidiado. A energia que eles pagam lá é menor do que o preço que pagamos em nossas casas”.

Já Marcel Bursztyn acredita que ao Estado cabe apenas um papel normativo, na questão da ecologia. “Quem vai garantir a boa qualidade do meio ambiente é a sociedade. E este papel normativo precisa de mecanismos econômicos para ser efetivo”. Citou como exemplo a criação de um fundo fechado formado pela arrecadação de multas contra o meio ambiente e que serviria para financiar quem estivesse disposto a comprar equipamentos que evitassem a poluição. Seria o PPP (Princípio Poluidor Pagador) e que compatibilizaria a necessidade da sociedade produzir bens e estimulando quem preservasse a qualidade do meio ambiente. “Enquanto não resolvermos o problema gravíssimo da miséria, não poderemos resolver nossos problemas de meio ambiente”.

“Comunicação tem que ter controle público”

Com a recusa dos representantes das empresas de comunicação e do governo federal, o debate do jornalista e escritor (A História Secreta da Rede Globo) Daniel Herz foi mesmo com as 45 pessoas que compareceram ao auditório da Fecesc na noite do último dia 10 para discutir Meios de comunicação: Brasil, país dos monopólios. A promoção integra o ciclo de debates promovido para comemorar os 30 anos de fundação do Sindicato dos Eletricistas de Florianópolis. Aproveitando a ausência dos interlocutores das empresas e do governo, Herz propôs um novo enfoque para o tema, apresentando teses que questionam ou inovam concepções de esquerda no Brasil.

O jornalista propõe, por exemplo, romper com o discurso da negação, da simples oposição ao estabelecido e assumir uma atitude da maioria política. “Isto é, se colocar na posição do Estado e responder o que faríamos, em seu lugar, considerando a situação real e atual do país”, defende. Na opinião dele, deve haver controle público sobre os sistemas de comunicação no Brasil, distinto tanto da administração estatal (regulação burocrática e operacional pelos órgãos governamentais) como da

utilização direta das outorgas (concessões, permissões e autorizações) por empresas e entidades.

Segundo Daniel Herz enquanto o Estado, diante de um mesmo problema, tenderia a prever e a exercer uma ação tutelar e discriminatória — e muito provavelmente autoritária — os operadores do serviço tendem, reproduzindo a lógica da competição e do mercado, a nivelar-se por baixo ou pela média. “Ao contrário, um sistema permeado pelo controle público pode atuar como um elemento mediador e moderador, permitindo um diálogo permanente da sociedade com os órgãos governamentais e com os operadores. Pode, inclusive, intervir no sentido de valorizar o serviço, de impulsioná-lo para a qualificação, sem a imposição autoritária de um padrão ou de normas restritivas”.

De acordo com o jornalista um sistema de comunicação controlado publicamente, deve estabelecer também uma diferenciação entre consenso autoritário, entre iguais e consenso entre diferentes. “O consenso tradicional, de corte autoritário, pressupõe um certo grau de unidade entre vontades que, embora distintas, se abrigam sobre um único projeto estratégico. Em contrapartida,

consenso entre diferentes supõe a admissão da coexistência de projetos estratégicos distintos, tendo como móvel a busca de um resíduo de unanimidade, que supere o formalismo e a natureza excludente do consenso tradicional”.

Daniel Herz, que também integra a comissão executiva do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, sugere que esta concepção seja adotada no Conselho Federal de Radiodifusão. Instituição proposta pelo Fórum para formulação de diretrizes e solução de conflitos em torno desse novo serviço (TVs por cabo). Este conselho, diz ele, deve expressar uma representação real e equilibrada dos interesses em disputa na sociedade organizada e que, adicionalmente, seja aberto ao questionamento de qualquer setor social ou cidadão.

Para o jornalista, o principal objetivo do Conselho é fundar um novo perfil de relação institucional e utilizá-lo como modelo para todo o sistema de comunicação. Para isso, a instituição proposta se ampara na busca de representação da pluralidade existente na sociedade e de uma abordagem diversa do fenô-

meno da política. “Defendemos uma representação plural, que estabeleça uma contratualização pontual, capaz de dar conta da dinâmica da vida social, do inusitado que esta contém e que nunca pode ser adequadamente capturado por uma norma”.

LINHA
aberta